



## “ESTRATÉGIA 2020 OESTE PORTUGAL”

Caldas da Rainha, CIM OESTE | 5 março 2013

---

Álvaro Santos

Chefe de Gabinete do

Secretário de Estado Adjunto da Economia e Desenvolvimento Regional

Senhor Presidente da Comunidade Intermunicipal do Oeste,  
Senhor Presidente da CCDR do Centro,  
Senhor Presidente da Sociedade Portuguesa de Inovação,  
Senhor Secretário-Geral da Comunidade Intermunicipal do  
Oeste,  
Senhores autarcas,  
Senhores empresários,  
Meus Senhores e Minhas Senhoras,

Sou, antes de mais, portador das saudações e cumprimentos do  
Senhor Secretário de Estado Adjunto da Economia e  
Desenvolvimento Regional, Dr. António Almeida Henriques.

Devido a compromissos imprevistos, não lhe é possível estar  
hoje aqui, como seria seu gosto institucional e pessoal.



Todavia, pede-me o Senhor Secretário de Estado que saúde a Comunidade Intermunicipal do Oeste de Portugal por esta iniciativa de grande relevância.

O Oeste está a ser redescoberto, dentro e fora de Portugal. Poder-se-ia, mesmo dizer, que está na moda. Que está, literal e socialmente, na “onda”.

É um território de grandes oportunidades, que nos interpela a converter aquilo que é potência hoje em ato amanhã.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Estamos a viver um momento historicamente decisivo no nosso país. Em tempos de crise, como diria um grande pensador europeu, *«não há que esperar ou temer, mas procurar novas armas»*.

Situamo-nos também, por isso, na viragem de uma página na história das políticas em Portugal e também da aplicação futura dos fundos comunitários.



O “Novo QREN” será, muito provavelmente, a última grande oportunidade para concretizarmos o adiado projeto da competitividade - económica, social e territorial.

Os territórios precisam de um pulmão económico. Não há coesão sem competitividade. Não há território sem economia.

Precisamos, hoje, de uma política de desenvolvimento regional que vire do avesso o mito conservador e preconceituoso que uma política de território se faz à custa de estradas e betão.

Ou pior ainda: de investimentos financeiramente insustentáveis no médio e longo prazo.

Pelo contrário. As regiões, as suas economias e as suas dinâmicas são indispensáveis a um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo.

O desenvolvimento regional é, por isso, um dos objetivos consagrados com letras de fogo nas políticas comunitárias.

Reiteradamente, também a OCDE tem vindo a enfatizar o relevante papel das políticas regionais para responder à crise, tendo afirmado que os territórios “constituem os atletas das Olimpíadas da economia global”.

Estamos coletivamente impedidos de reproduzir no futuro a célebre fórmula de Lampedusa, segundo a qual «*temos de mudar alguma coisa para que tudo fique na mesma*».

O futuro ciclo de políticas comunitárias e de instrumentos de financiamento será marcado por esta viragem à economia, com objetivos de crescimento e emprego.

Por isso, foram as Comunidades Intermunicipais e as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional desafiadas pelo Governo, há cerca de um ano, a apresentarem estratégias e propostas para o futuro ciclo de fundos estruturais.

Os apoios para estes trabalhos de planeamento e estratégia não serão também regateados.



No âmbito do Programa “VALORIZAR”, está prevista uma linha de financiamento, em condições particularmente vantajosas, para a elaboração das estratégias regionais 2014/2020, como é o caso daquela que hoje começa a ser, aqui, apresentada e debatida.

Mais do que nunca, estas iniciativas são de uma atualidade e de uma pertinência indiscutíveis.

Um novo quadro estratégico de financiamento comunitário só será bem-sucedido se for construído e aplicado coletivamente e numa lógica territorial.

Mais do que nunca, a reflexão, o debate e participação coletiva devem ser o fermento da mudança.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

No início de Fevereiro, com o acordo do Conselho Europeu relativo ao Quadro Financeiro Plurianual da União para 2014 - 2020, deu-se um passo fundamental para construir o “Novo QREN”.

Portugal obteve um resultado francamente positivo dessas negociações, que não frustra nem uma forte ambição estratégica, nem estreita o nosso campo de visão.

Foi um bom princípio.

19,5 mil milhões de euros poderão vir a ser colocados ao serviço do desenvolvimento do país e, especialmente das regiões.

Este pacote representa uma redução de cerca de 10 por cento face ao período anterior, mas é inferior à quebra global do orçamento comunitário da Política de Coesão.

E também é inferior à quebra anteriormente sentida na transição do chamado “QCA III” para o QREN (de 14,3%).

Mas tão ou mais importante do que o volume do orçamento do futuro QREN, são as condições da sua utilização.



Nomeadamente, em matéria de taxas de comparticipação dos investimentos e do volante financeiro que nos será adiantado para estimular o investimento.

Também aqui Portugal conseguiu um bom acordo, ao garantir uma comparticipação de 85% para as regiões menos desenvolvidas, e a aplicação do mecanismo “top up” de 10% até 2016.

Resta saber se estas perspectivas financeiras serão confirmadas na negociação da Comissão com o Parlamento Europeu.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Os meios são muito importantes, mas não são o mais importante. Os fins presidem aos meios, tal como os objetivos aos instrumentos.

A dimensão financeira do “Novo QREN” não é de somenos relevância, mas só uma estratégia eficaz nos conduzirá a bons resultados.



*«Não existem bons ventos para a barca que não tem rumo.»*

Nesta senda, não navegamos sem rota ou destino.

As quatro grandes prioridades estratégicas para a intervenção dos fundos comunitários, no período 2014-2020, foram oportunamente definidas pelo Governo:

A competitividade da economia e das regiões;

A formação de capital humano;

O desenvolvimento sustentável;

A coesão social e territorial.

Dar forma e substância a este quadro de princípios é o desafio que temos pela frente, num contra-relógio que não abranda.

Até ao final do terceiro trimestre de 2013, é objetivo do Governo Português submeter à Comissão Europeia a proposta do chamado “Acordo de Parceria”.

Este objetivo reclama que, entre o segundo e o terceiro trimestres, tenhamos completamente concluída a arquitetura do “Novo QREN” e a ossatura dos seus Programas Operacionais.

Estas metas são de uma exigência sem precedentes.

Teremos de manter uma elevada ambição na execução do atual QREN e, simultaneamente, programar o próximo ciclo, fazendo-o arrancar quanto antes, em 2014.

O Governo tem em funcionamento permanente uma estrutura responsável pela elaboração e negociação do chamado “Acordo de Parceria”, isto é, do “Novo QREN”.

Os trabalhos de programação são hoje muito intensos e mobilizarão múltiplos contributos: dos parceiros sociais e agentes económicos, das regiões e dos municípios, de especialistas e autoridades.

No plano temático, estão a ser trabalhadas análises e propostas subordinadas aos domínios da Competitividade e



Internacionalização; do Capital Humano; da Inclusão Social e Emprego; e da Sustentabilidade e Eficiência de Recursos.

No plano territorial, pomos expectativa e fé na ação e nos contributos das Comunidades Intermunicipais e das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional.

Neste capítulo, iremos também promover, no mês de Abril, uma conferência nacional subordinada essencialmente às políticas territoriais do “Novo QREN”.

Os territórios não serão aqui nem um apêndice, nem um adorno, nem um discurso sem consequência.

Bem vistas as coisas, a falta persistente de competitividade de Portugal está, também, relacionada com o falhanço ou a ausência de políticas de desenvolvimento territorial.

Os objetivos de crescimento, emprego e sustentabilidade das políticas públicas em Portugal reclamam um novo papel e um novo fôlego para as políticas regionais.



Minhas Senhoras e meus Senhores,

Estamos hoje num momento de transição e de oportunidade.

A valorização económica dos recursos territoriais;

As políticas de inovação, reindustrialização, empreendedorismo e incubação empresarial;

Os desafios de promoção da eco-eficiência urbana e da funcionalidade da rede de serviços de transportes;

A sustentabilidade da rede de equipamentos construídos;

A promoção do emprego, das qualificações e da inclusão social;

São alguns dos desafios e reptos inadiáveis com que nos debatemos, e a sub-região do Oeste também.

Precisamos, neste contexto, de produzir um novo equilíbrio entre as agendas temáticas de matriz nacional e as diversas agendas territoriais.

As políticas de desenvolvimento mais sensíveis às dimensões territoriais deverão ser confiadas, definitivamente, às agendas regionais.

Não podemos permitir que oportunidades de desenvolvimento sucumbam a tendências centralistas anquilosadas.

Por outro lado, as agendas territoriais terão de ser muito mais do que um simples somatório de múltiplas gulas ou procuras.

Temos, pela frente, o desafio de reinventar as políticas regionais e de reconfigurar, à sua medida, os programas operacionais regionais do “Novo QREN”.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

As questões territoriais são assumidas com centralidade nos documentos comunitários que regulam o próximo ciclo de políticas e instrumentos europeus.

No quadro da nova regulamentação, as chamadas “Intervenções Territoriais Integradas” - que poderão mobilizar o apoio de vários fundos estruturais - são uma grande oportunidade, nomeadamente para as regiões de NUTS III.

No quadro dos instrumentos de índole territorial do futuro, acrescem ainda as “áreas urbanas”, as estratégias de desenvolvimento local e os pactos territoriais.

Temos o desafio e a oportunidade de marcar o “Novo QREN” com uma forte visão territorial e urbana.

As opções terão de se subordinar, todavia, a objetivos explícitos de competitividade, coesão social e sustentabilidade, com um critério de *accountability*. Ou seja, de transparência e de prestação de resultados efetivos e mensuráveis.

Minhas Senhoras, Meus Senhores,

Para o Governo, esta iniciativa é relevante e encorajadora.



O que está em jogo no “Novo QREN” é muito mais do que um envelope financeiro. O que está em causa neste debate é um novo horizonte coletivo, para quase uma década.

A chave que abre o próximo quadro de fundos comunitários é a mesma que abre a porta do crescimento sustentável a Portugal.

Municípios, universidades, instituições de solidariedade social, empresas, devem ser parte ativa nesta nova e decisiva oportunidade do nosso futuro coletivo.

Todos somos co-responsáveis nesse desígnio. E a participação e o debate coletivos são o fôlego que o fará viver.

Muito obrigado.